

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**O Globo**

<a href="#">Título: Eletrobras perdeu relevância, diz ministro</a> .....	3
<a href="#">Título: Cemig tenta até a última hora, mas governo mantém leilão de usinas</a> .....	4

**O Estado de S. Paulo**

<a href="#">Título: Direito a veto na Eletrobrás divide ministérios</a> .....	7
<a href="#">Título: Cemig faz pressão, mas leilão é mantido</a> .....	8
<a href="#">Título: Leilão de óleo e gás pode levantar R\$ 1 bi</a> .....	10
<a href="#">Título: Erro de avaliação</a> .....	12

**Correio Braziliense**

<a href="#">Título: Cemig: usinas vão a leilão</a> .....	19
<a href="#">Título: Venda da Eletrobrás em debate</a> .....	20
<a href="#">Título: Defesa da Amazônia</a> .....	21

**Valor Econômico**

<a href="#">Título: Tentativa de acordo fracassa e usinas da Cemig vão a leilão hoje</a> .....	26
<a href="#">Título: Modelo de venda da Eletrobrás na fase final</a> .....	28
<a href="#">Título: Volta da Petrobras aos leilões da ANP é cercada de dúvidas</a> .....	33

**Sumário**

<b>VEÍCULO: O Globo</b> .....	<b>3</b>
Título: Eletrobras perdeu relevância, diz ministro .....	3
Título: Cemig tenta até a última hora, mas governo mantém leilão de usinas .....	4
Título: Cemig caiu 2,3% após aumento de capital .....	6
Título: Poder em jogo.....	6
<b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b> .....	<b>7</b>
Título: Direito a veto na Eletrobrás divide ministérios .....	7
Título: Cemig faz pressão, mas leilão é mantido.....	8
Título: Leilão de óleo e gás pode levantar R\$ 1 bi .....	10
Título: Parente diz que Petrobrás vai refazer portfólio no leilão.....	11
Título: Direto da Fonte .....	12
Título: Erro de avaliação.....	12
<b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b> .....	<b>14</b>
Título: Cemig vai ao STF para excluir usina de disputa que ocorre nesta quarta .....	14
Título: Litro da gasolina premium sobe mais que o da comum em 2017 .....	16
Título: Investidor 'lota' emergentes, inclusive Brasil, que abre pré-sal ao 'Big Oil' .....	17
Título: Itaúsa pode avaliar consórcio para comprar fatia na Braskem, diz Setubal.....	18
<b>VEÍCULO: Correio Braziliense</b> .....	<b>19</b>
Título: Cemig: usinas vão a leilão .....	19
Título: Venda da Eletrobrás em debate .....	20
Título: <i>GLP industrial sobe 7,9%</i> .....	21
Título: Defesa da Amazônia.....	21
<b>VEÍCULO: Valor Econômico</b> .....	<b>23</b>
Título: Para economista, falta ousadia em pacote de privatizações.....	23
Título: Parecer recomenda sobretaxa a aço chinês e acirra disputa no governo .....	24
Título: Tentativa de acordo fracassa e usinas da Cemig vão a leilão hoje .....	26
Título: Modelo de venda da Eletrobrás na fase final .....	28
Título: Expectativa de disputa acirrada por hidrelétricas .....	31
Título: Volta da Petrobras aos leilões da ANP é cercada de dúvidas .....	33
Título: Chinesa oferece menor preço para fazer unidade de gás do Comperj .....	35
Título: Destaques .....	36
Título: Braskem defende recompra da Cetrel.....	37
Título: Cinco petroleiras poderão estreiar no leilão do pré-sal marcado para 2017 .....	38

Título: Abengoa Bioenergia entra com pedido de recuperação judicial.....	39
Título: Incertezas sobre a safra 2018/19.....	41
Título: Emissão de bônus da Petrobras deve passar de US\$ 9 bilhões .....	42

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura**

**Título: Eletrobras perdeu relevância, diz ministro**

Coelho Filho afirma que estatal não será vendida "a preço de banana"

O **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse ontem que a Eletrobras não será vendida "a preço de banana". Ao defender a privatização, ele afirmou que a estatal vem "perdendo relevância" na geração de eletricidade do país e que a empresa está com obras atrasadas pelo país. Não estamos vendendo (a Eletrobras) na bacia das almas, a preço de banana — afirmou Coelho Filho, durante audiência pública no Senado.

#### ATRASOS EM OBRAS

O governo anunciou em agosto a decisão de privatizar a Eletrobras, mas o modelo de venda da empresa está em discussão. Para defender a medida, o ministro sustentou que apenas 15% do aumento da capacidade instalada de energia no país nos últimos cinco anos foi feito pela Eletrobras. Os 85% restantes são resultado do investimento de outros agentes, especialmente do setor privado. — O brasileiro tem que voltar a ter orgulho da Eletrobras. A Eletrobras vem cada vez mais perdendo relevância na geração elétrica do país. Se a gente não fizer nada, cada vez mais a empresa vai diminuir — disse Coelho Filho.

Além disso, segundo o ministro, das 50 obras de construção de linhas de transmissão de energia com maiores atrasos, 30 são do Grupo Eletrobras. E o tempo médio do atraso da estatal é de 4,9 anos. Nos últimos seis anos, o patrimônio líquido da Eletrobras caiu 43%, de R\$ 77,2 bilhões para R\$ 44 bilhões, de acordo com dados apresentados pelo ministro. — Hoje, a Eletrobras está proibida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de participar de qualquer leilão — afirmou.

#### DEFESA DE AÇÃO ESPECIAL

Coelho Filho afirmou que o governo ainda discute como será a golden share da União na Eletrobras. Essa ação de classe especial dá poder de veto ao governo em decisões estratégicas da empresa e é uma promessa do Ministério de Minas e Energia para o processo de privatização da elétrica. Nós defendemos a importância de se ter uma golden share no caso da Eletrobras. Eu já falei, inclusive para o próprio presidente da República, da importância de se ter, e a defesa do Ministério de Minas e Energia é que se possa ter essa golden share para que o governo possa fazer valer as suas decisões e suas convicções — completou o ministro. ( )

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura, Glauce Cavalcanti e Ramona Ordonez**

**Título: Cemig tenta até a última hora, mas governo mantém leilão de usinas**

Empresa pede ao STF que hidrelétrica de Miranda seja excluída da disputa

A Cemig tentou até o último minuto ontem fechar um acordo com o governo para ficar com ao menos uma hidrelétrica ou suspender o leilão das quatro usinas, até agora operadas pela estatal, programado para hoje. Apesar da forte pressão política da bancada mineira no Congresso, a empresa não conseguiu convencer a equipe envolvida nas discussões de que teria condições de pagar pela hidrelétrica. Com isso, os empreendimentos serão leiloados, às 10h, em São Paulo.

Em manifestação encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), a empresa admitiu que "inexistiu tempo hábil à concretização das negociações" e que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) comunicou que não seria possível "limitar as negociações à usina de Miranda" Mesmo assim, a empresa pediu à Corte para excluir essa hidrelétrica do leilão.

A estatal mineira tentava pagar o valor mínimo da outorga, de R\$ 1,1 bilhão, pela concessão da usina de Miranda, como última alternativa para resolver um imbróglio que se arrasta há meses. O empreendimento tem capacidade de gerar 408 megawatts de energia, a menor das hidrelétricas incluídas no leilão. Também serão leiloadas as concessões, por 30 anos, das usinas de Jaguará, São Simão e Volta Grande, todas em Minas Gerais. Ao todo, os projetos têm capacidade de gerar 2,9 gigawatts de energia e equivalem a quase metade do parque gerador da estatal.

RISCO DE AFETAR CREDIBILIDADE

Ao deixar ontem o STF, após se reunir com o ministro Dias Toffoli — relator do caso da estatal na Corte —, o presidente da empresa, Bernardo Salomão, admitiu que não seria fácil costurar a negociação. — A dificuldade é muito grande — afirmou.

Executivos da Cemig passaram o dia ontem em reuniões que se estenderam até a noite, em Brasília, nas últimas tentativas de chegar a um acordo. Além do STF, os representantes da empresa também foram até a Advocacia-Geral da União (AGU). Os ministérios envolvidos, no entanto, não aceitaram a proposta da companhia, segundo fontes no governo. A Cemig queria pagar pela concessão da usina de Miranda por meio da compensação de uma indenização de R\$ 1 bilhão que a empresa tem a receber do governo para indenizar investimentos ainda não amortizados. A equipe econômica recusou essa oferta porque a indenização só deve ser paga em 2018, e a União precisa do dinheiro para este ano.

O governo prevê arrecadar, no mínimo, R\$ 11 bilhões com todas as hidrelétricas, valor fundamental para fechar as contas de 2017 (que preveem um rombo de R\$ 159 bilhões) e liberar recursos para a máquina pública. Integrantes da equipe econômica avaliam que haverá ágio e será possível chegar a um montante total de R\$ 12 bilhões com o leilão. O certame é marcado por polêmicas e alvo de uma disputa judicial entre a União e a estatal mineira, que alega ter direito de renovar o contrato das usinas. Por isso, o assunto foi parar no STF. Apesar da questão jurídica, a expectativa do mercado é que haja forte interesse das empresas no leilão.

Técnicos da equipe econômica e do Ministério de Minas e Energia (MME) estavam focados na realização do leilão da maneira como foi originalmente proposto — com a oferta das quatro usinas, segundo fontes que acompanham o processo. O MME não via possibilidade de um acerto de última hora com a companhia mineira sobre a usina de Miranda, que poderia obrigar ao adiamento da licitação e pôr a arrecadação bilionária em risco.

Integrantes da Aneel, responsável pelo certame, viam com ressalvas a possibilidade de um acordo de última hora. Segundo uma fonte na autarquia, era "difícil" alterar o objeto do edital sem convocar uma reunião da diretoria colegiada às pressas para autorizar essa mudança. Nos outros casos em que as regras dos editais foram alteradas às vésperas do certame, isso ocorreu por motivos "técnicos" ou decisões da Justiça, de acordo com essa fonte — e não em razão de um acordo entre governo e empresa.

A equipe de concessões do governo também temia que uma alteração de última hora abalasse a credibilidade do programa de privatizações, o que seria um

"péssimo sinal" para os investidores quando o Executivo dá a partida para leilões bilionários de infraestrutura.

Diante da pressão política da bancada de senadores e deputados de Minas, o assunto sempre foi tratado com cautela pelo Palácio do Planalto. O governo não queria atingir os políticos mineiros em meio à tramitação, na Câmara, da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor:**

**Título: Cemig caiu 2,3% após aumento de capital**

Também chamou a atenção o recuo dos papéis da Cemig, de 2,30%. A empresa anunciou aumento de capital de R\$ 1,3 bilhão para reduzir a sua alavancagem. Mas analistas acreditam que esses recursos poderão ser usados no leilão das usinas que será realizado hoje pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). As quatro unidades que estarão no certame pertenciam à própria Cemig. "Apesar do discurso de que o aumento de capital é para melhorar a sua estrutura de capital, grande parte do mercado vê esse movimento como uma forma de levantar recursos para participar do leilão das usinas" afirmaram, em relatório, analistas da Yield Capital.

No campo positivo, as ações PN da Vale fecharam em alta de 1,04%, enquanto as ON tiveram valorização de 1,31%. O ganho foi puxado pela alta de 3% no minério de ferro na China, para US\$ 64,95 a tonelada. Os investidores continuam atentos ao cenário político. O temor é que o governo concentre todos os seus esforços na derrubada, na Câmara dos Deputados, da denúncia contra o presidente Michel Temer e que isso adie ainda mais o andamento das medidas de ajuste fiscal, incluindo aí a votação da reforma da Previdência.

Com agências internacionais

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Política**

**Autor: Lydia Medeiros**

**Título: Poder em jogo**

**Defesa confusa**

Ex-ministro de Minas e Energia, o senador Eduardo Braga (PMDB) se confundiu, em audiência sobre a privatização da Eletrobras, ao se referir à Usina Marimbondo, na divisa entre São Paulo e Minas. “Usina de Moribundo”, soltou para a diversão da plateia. E aproveitou para se defender das acusações de que o PMDB dominou o setor por anos, sem dar espaço a aliados: “Porteira fechada, pero no mucho.”

### Prejuízo

O governo federal realiza hoje o leilão de três usinas da Cemig. A questão é alvo de disputas judiciais há cinco anos, mas o Supremo pode deixar de dar a palavra final. A companhia apresentou ao tribunal mandado de segurança na sexta-feira, pedindo o adiamento do leilão para continuar negociando com o governo. O relator do caso, ministro Dias Toffoli, está em silêncio desde então. Pelo menos até a noite de ontem. O leilão vai acontecer sem que as pendências estejam definitivamente resolvidas. Todo o imbróglio jurídico desidratou as ações da companhia, que já chegaram a valer R\$ 34 e ontem fecharam em R\$ 8,05.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Eduardo Rodrigues

**Título:** Direito a veto na Eletrobrás divide ministérios

Equipe econômica quer acabar com golden share na privatização; ministro de Minas e Energia quer manter.

Em fase final para a definição da modelagem para a privatização da Eletrobrás, o Ministério de Minas e Energia ainda está em desacordo com a equipe econômica sobre a manutenção pela União de uma "golden share", um tipo de ação especial com poder de veto nas decisões estratégicas da companhia.

Ontem, em audiências públicas no Senado e na Câmara dos Deputados, o **ministro Fernando Coelho Filho** defendeu que essa prerrogativa continue com o governo após a privatização e disse que o detalhamento para o processo de saída da União do controle da empresa será entregue ao presidente Michel Temer nos próximos dias. "Defendemos a manutenção de uma golden share no caso da Eletrobrás, e algum tipo de prioridade para os funcionários da empresa na compra das novas ações", reafirmou o ministro.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no entanto, seria contra essa ação especial e chegou a consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de se desfazer das golden shares que o Estado ainda tem, por

exemplo, na Vale e a na Embraer. "O ministro Meirelles tem essa preocupação de que a golden share possa reduzir a atratividade para os investidores, mas acredito que no caso da Eletrobrás esse instrumento se justifica", acrescentou Coelho Filho.

**Diluição.** Anunciada em 25 de agosto, a privatização da estatal deve ocorrer pela diluição do capital do governo na empresa, após uma grande emissão de novas ações a ser realizada no primeiro semestre de 2018. Como essa emissão primária não será acompanhada pela União, a fatia de capital estatal na companhia ficará menor.

"Trabalhamos para que União não tenha que se desfazer de ações na Eletrobrás. A União venderá ações apenas se, após aumento de capital, ainda permanecer no controle da empresa", acrescentou.

Coelho Filho garantiu ainda que a modelagem preparada pelo governo evitará que o controle da empresa passe para as mãos de um grupo estrangeiro. "Não temos nada contra o investimento estrangeiro, pelo contrário, o consideramos muito bem-vindo. Mas, da forma como será feita, a privatização evitará controle da empresa por estrangeiros", prometeu. Ele repetiu que o governo espera que, com a privatização, as tarifas de eletricidade possam ficar mais baratas no médio prazo.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Cemig faz pressão, mas leilão é mantido

Estatal tentou ficar com uma das 4 usinas que serão concedidas hoje, porém governo considerou arriscado atender ao pleito da companhia

Na véspera do leilão de quatro de suas hidrelétricas, a Cemig, com a bancada de Minas Gerais, atuou para convencer o governo federal a retirar pelo menos uma das usinas da disputa. A estatal mineira queria manter o controle da Hidrelétrica de Miranda. O périplo por Brasília feito pelo presidente da Cemig, Bernardo Alvarenga, passou pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cruzou a Advocacia-Geral da União (AGU) e adentrou o Palácio do Planalto, mas não teve êxito. O leilão está mantido com as quatro usinas.

A informação só foi oficialmente confirmada na noite de ontem, pelo Programa de Parceria em Investimentos (PPI), da Secretaria-Geral da Presidência. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, também afirmou que o leilão das quatro usinas vai ocorrer hoje na B3, a Bolsa paulista.

A menos de 15 horas do leilão, auxiliares do presidente Michel Temer chegaram a afirmar que o Planalto estava disposto a atender ao pedido da Cemig. Retirar a usina do leilão poderia ser um péssimo sinal para o mercado e os investidores, mas seria um ótimo aceno à base parlamentar mineira, durante a votação da denúncia contra Temer no Congresso pelos crimes de formação de quadrilha e obstrução à Justiça. Ao fim, porém, concluiu-se que a proposta poderia trazer mais dores de cabeça do que benefícios.

O governo conta com a receita de pelo menos R\$ 11 bilhões com a oferta das Hidrelétricas de Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande. O dinheiro é visto como indispensável pelo Ministério da Fazenda para aliviar a pressão sobre as contas públicas. Fora isso, mexer no edital significaria entrar em um vespeiro jurídico. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) teria de ter um "comando legal" para suspender um dos lotes. Isso já aconteceu em leilões de transmissão, quando um lote estava com problema ambiental ou fundiário, por exemplo. Essas justificativas, no entanto, são técnicas, o que não é o caso de Miranda.

Pesou ainda o fato de encontrar alguém no governo disposto a assinar uma decisão que concordasse em vender para a Cemig uma usina com preço mínimo, em vez de oferecê-la ao mercado, com a possibilidade de conseguir um bom ágio sobre essa oferta. Seria um prato cheio para os auditores do Tribunal de Contas da União (TCU).

Pelo edital, Miranda é a usina mais barata do pacote, com preço mínimo de R\$ 1,1 bilhão. São Simão é a hidrelétrica com maior valor (R\$ 6,7 bilhões), seguida por Jaguara (R\$ 1,9 bilhão) e Volta Grande (R\$ 1,2 bilhão). Atolada em dívidas pelos próximos anos, a Cemig tentava ficar pelo menos com a menor delas. Sem essas usinas, a estatal pode ver seu parque de geração de energia encolher 36% de um dia para o outro. Durante o dia, as ações da Cemig oscilaram conforme os humores do mercado, mas terminaram com queda de 2,31%.

**Périplo.** Um dos principais articuladores da proposta da Cemig, o deputado Fabio Ramalho (PMDB-MG) estava certo de que o governo atenderia ao pleito da estatal, mas admitia que, caso o acordo avançasse, seria preciso adiar o leilão. Acionada pelos mineiros, a Advocacia-Geral da União recebeu o pedido de retirar Miranda do leilão, mas deixou claro que não faria nenhum tipo de intervenção que pudesse adiar a oferta das usinas.

Os contratos das quatro hidrelétricas requeridas pela Cemig venceram nos últimos anos e, por isso, agora serão relicitados para novos donos. A estatal, no entanto, afirmava que tinha direito à renovação automática dessas concessões e, por causa disso, entrou em uma disputa judicial com o governo. ANDRÉ BORGES, ANNE WARTH, EDUARDO RODRIGUES, LU AIKO OTTA E CARLA ARAÚJO

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Denise Luna / Fernanda Nunes****Título: Leilão de óleo e gás pode levantar R\$ 1 bi**

Estimativa do governo com a rodada de licitações marcada para hoje é considerada conservadora; 32 empresas devem participar da concorrência

O governo aposta que vai engordar o caixa da União em até R\$ 1 bilhão com o leilão de áreas para explorar e produzir petróleo e gás natural na bacia sedimentar brasileira, marcado para hoje a partir das 9h, no Rio. A estimativa mais otimista é do Ministério de Minas e Energia. Já a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), responsável pela realização da concorrência, acredita que apenas de 20% a 30% das áreas oferecidas serão vendidas, em linha com os resultados de leilões passados, e que a arrecadação não vai ultrapassar R\$ 500 milhões.

Para levar uma área, as petroleiras têm de apresentar a melhor oferta de bônus de assinatura, um pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo e gás nas bacias brasileiras. Quanto maior o bônus de assinatura, melhor a oferta e maior a chance de levar cada um dos 287 blocos que serão disputados pelas 32 empresas inscritas para participar da concorrência.

"O objetivo do leilão não é arrecadatário, de curto prazo. O bônus de assinatura é parte do que o Estado recebe pelo direito de exploração. O que nos interessa é a retomada da atividade, a atração de investimento. Estamos na expectativa de que o leilão seja exitoso, porque vamos atrair um conjunto de empresas importantes", avaliou o Diretor-geral da ANP, Décio Oddone em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast.

Qualquer uma das apostas – de arrecadação de R\$ 500 milhões ou R\$ 1 bilhão – é conservadora. Nas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Sergipe-Alagoas, onde estão os blocos mais promissores, a soma dos bônus mínimos é de R\$ 1,61 bilhão. Apenas para a área considerada o filé mignon da rodada, no pré-sal da Bacia de Campos, a SC-AP3, o bônus é de R\$ 109,5 milhões. Ainda são ofertados blocos nas bacias do Paraná, Paraíba, Pelotas (RS), Potiguar (RN) e Recôncavo (BA), com foco, principalmente, nas petroleiras de pequeno e médio portes.

Nova fronteira. A "zebra" do leilão é a Bacia de Pelotas, considerada de nova fronteira, por conta do pouco conhecimento geológico reunido sobre a área e pela inexperiência do Rio Grande do Sul na atividade, o que pode dificultar o licenciamento ambiental, segundo fontes do mercado.

Oddone, no entanto, nega a tese e afirma que, no caso da francesa Total, que está com dificuldade de explorar na Bacia do Foz do Amazonas, também de nova fronteira, o problema está no estudo de impacto ambiental (EIA).

"Não há nenhuma restrição para operar na Foz do Amazonas e Pelotas, porque todas as áreas que a gente licita são previamente acordadas com o Ibama. Uma vez oferecidas, não tem por que o licenciamento ambiental não sair se o trabalho de impacto ambiental não for bem feito", avaliou o diretor-geral da ANP. Ele ressalta que o Ibama está pedindo mais dados à Total porque considera que a empresa deve melhorar o EIA apresentado.

Oddone acredita ainda que, com a 14ª Rodada de Licitações, o governo dá continuidade "à maior abertura da história" do setor no Brasil, processo iniciado em 1997, quando a Petrobrás perdeu o monopólio. Em sua opinião, o governo petista "fazia uma abertura envergonhada", enquanto, com Temer, há "um processo consciente de atração de investimento".

A ANP anunciou ontem a habilitação de dez empresas para a 2ª Rodada do Pré-sal e 15, para a 3ª Rodada, que acontecerão em outubro. Segundo o secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Felix, outras cinco petroleiras ainda devem ser inscritas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Parente diz que Petrobrás vai refazer portfólio no leilão

A Petrobrás vai participar da 14ª Rodada de Licitações, hoje, para refazer o seu portfólio, como afirmou o presidente da companhia, Pedro Parente, em carta distribuída aos funcionários, chamados de "caros colegas" pelo executivo. "Para a nossa empresa, é o momento de atuar estrategicamente", disse. Parente reconhece que a dívida da estatal ainda é alta, mas alega que o dinheiro para a licitação está assegurado no plano de investimento e afirma que a intenção é revisar prioridades. "A Petrobrás faz o que chamamos de gerência ativa de portfólio. Isso quer dizer que buscamos acesso a áreas onde as combinações entre o risco e o retorno são as melhores possíveis", afirmou, complementando que, acima de tudo, os projetos têm que ser economicamente viáveis.

Ao fim da carta, assinada unicamente por "Pedro", como o presidente da Petrobrás costuma fazer em seus comunicados internos, Parente conclui com um "PS", no qual convoca os funcionários a escolher um novo nome para o projeto de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos: Tainha, Arraia Manta ou Mero. Um desses poderá batizar o maior projeto em andamento pela estatal.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Caderno 2

**Autor:** Sonia Racy

**Título:** Direto da Fonte

### **Dobrar a meta**

Satisfeito com a revogação do decreto sobre a Renca, Ricardo Tripoli já organiza o próximo passo. Acha que dá pra votar, ainda neste semestre, a nova Lei do Licenciamento Ambiental, que ele passou dois anos relatando.

O tucano confia, para tanto, na dobradinha "sustentabilidade e desenvolvimento", que foi negociada entre ambientalistas e empresários.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Notas & Informações

**Autor:**

**Título:** Erro de avaliação

Ao revogar o Decreto n.º 9.147/2017, que extinguiria a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca) e regulamentaria a exploração mineral em uma área de floresta entre os Estados do Amapá e do Pará, na Região Amazônica, o presidente Michel Temer cometeu um sério erro de avaliação política. Com o recuo, ficam valendo os limites da área de reserva definidos em 1984.

Por meio do decreto ora revogado, assinado em agosto, o governo federal pretendia coibir o garimpo ilegal na região, já amplamente praticado sem qualquer tipo de controle, além de regulamentar e disciplinar a mineração de ouro, cobre e outros metais na área da Renca.

O texto tinha o cuidado de prever que nas áreas da Renca onde houvesse "unidades de conservação da natureza" ou "áreas indígenas demarcadas" ficava estritamente proibida qualquer "autorização de pesquisa mineral", "concessão de lavra", "permissão de lavra garimpeira" ou "qualquer outro tipo de exploração mineral".

O ato do Executivo já se mostrava correto em sua origem. Entretanto, o governo federal, diante da repercussão negativa, resolveu editar um novo decreto, desta feita para reforçar o que já estava dito, ou seja, para deixar claro aos críticos que as áreas protegidas da região da Renca não seriam afetadas.

De nada serviu o novo decreto. Diante de mais uma saraivada de críticas, o Ministério de Minas e Energia viu-se obrigado a publicar uma portaria "congelando" por 120 dias a extinção da Renca.

Salvo algumas ponderações de natureza técnica, feitas por acadêmicos e ambientalistas que sabiam exatamente do que estavam falando, e que, portanto, formavam um conjunto de contribuições críticas positivas ao projeto, grande parte da onda de pressão que fez o presidente Michel Temer recuar de sua decisão original partiu de celebridades que entendem tanto de meio ambiente quanto o governo entende de moda ou rock and roll.

O Palácio do Planalto, ao sustentar a revogação do Decreto n.º 9.147/2017, alega que houve "incompreensão geral da sociedade". O Ministério de Minas e Energia, em comunicado, diz que "o País necessita crescer e gerar empregos, atrair investimentos para o setor mineral, inclusive para explorar o potencial econômico da região", defendendo que o debate (sobre a extinção da Renca) "seja retomado mais para a frente".

Ora, se o governo está convicto da correção do decreto, da justeza dos motivos que o ensejaram e de que a pressão contrária se dá, eminentemente, por problemas de comunicação com a sociedade, que a sociedade, então, seja chamada ao debate e as razões pelas quais o governo acredita que seja melhor para o desenvolvimento do País a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados sejam devidamente apresentadas.

A defesa do meio ambiente não pode ser transformada em mero selo de aprovação popular, um viés que é amplamente explorado pela comunidade artística por se tratar de uma "causa" de fácil assimilação pela sociedade. Quem haveria de ser contra a proteção do meio ambiente? Ou, em outras palavras, quem seria capaz de defender publicamente a exploração da natureza para fins econômicos deixando para trás um rastro de destruição? Quem haveria de se insurgir contra uma mensagem forte, mas vazia de conteúdo, como "Salvem a Amazônia"?

As reservas naturais e as comunidades indígenas e ribeirinhas devem ser protegidas por razões muito mais elevadas do que um mero passe livre para a popularidade. Se não por desígnios humanitários, por comando constitucional.

É um sério erro de avaliação política do presidente Michel Temer deixar de adotar medidas importantes para o desenvolvimento do País, como a regulamentação da exploração mineral na área da Renca, por elas serem impopulares.

Aqueles que hoje o criticam o criticariam fosse outra a decisão que tomasse. O governo não deveria esperar que a sua impopularidade seja revertida de imediato, como não será mesmo após a revogação do decreto. É com a História que ele deve contar.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Seção: Mercado**

**Autor: BRUNO BOGHOSSIAN MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA DA REUTERS**

**Título: Cemig vai ao STF para excluir usina de disputa que ocorre nesta quarta**

A Cemig vai apresentar um pedido ao STF (Supremo Tribunal Federal) para excluir a usina de Miranda do leilão de hidrelétricas que pertenciam à estatal, previsto para esta quarta-feira (27).

O objetivo da empresa é manter o controle da usina a partir de uma negociação direta com o governo federal, que retomou as hidrelétricas.

Em reuniões nos últimos dias, a Cemig propôs ao governo fazer um "acerto de contas" de R\$ 1,1 bilhão para renovar o controle da hidrelétrica de Miranda ao fim do prazo de concessão, em 15 de dezembro.

A Cemig usaria como moeda um crédito que tem a receber da União, no valor de R\$ 1,1 bilhão, por investimentos feitos nas hidrelétricas que serão leiloadas. Auxiliares do presidente Michel Temer concordaram com a proposta, conforme informou a coluna "Painel" desta terça-feira (26).

Apesar das articulações, a Cemig e o governo enfrentaram restrições da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para excluir a usina do leilão desta quarta.

A Cemig optou, então, por acionar o Supremo para tentar garantir o controle da hidrelétrica.

Segundo fontes próximas à negociação, a empresa jogou a toalha quanto às outras três usinas –Jaguara, São Simão e Volta Grande–, que deverão ser leiloadas.

A Cemig vai tentar arrematar São Simão em consórcio com a Vale, por meio da joint venture Aliança.

A estatal anunciou que fará novo lançamento de ações para captar recursos no mercado financeiro e bancar a operação. Com isso, não seria necessário

recorrer a financiamentos em bancos privados, como a direção da empresa chegou a cogitar.

O acordo foi costurado pela bancada de Minas Gerais no Congresso, que pressionava o Palácio do Planalto a barrar a devolução das hidrelétricas da Cemig.

Em 2013, Dilma Rousseff editou uma medida provisória que, na prática, tentava forçar as empresas a baixar o preço da energia vendida, sob pena de perderem as concessões de hidrelétricas. A Cemig devolveu as quatro usinas ao governo, mas nunca aceitou a decisão e recorreu à Justiça.

### **ARRECADAÇÃO**

Segundo especialistas, o governo federal pode arrecadar mais que os R\$ 11 bilhões definidos como bônus de outorga mínimo pelos empreendimentos. Empresas como a francesa Engie, a brasileira Alupar, a chinesa State Power Investment Corp. e a italiana Enel chegaram a visitar as usinas antes da licitação. "O mercado espera que haverá uma disputa, sim, que pode jogar um ágio (sobre o valor mínimo da outorga de cada usina). Não imagino que muito, porque os valores já são elevados, mas com certeza vai ter", disse o analista da comercializadora Safira Energia, Lucas Rodrigues.

\*

### **DESESTATIZAÇÕES**

Trajetória de privatizações no sistema elétrico

#### **1996**

É criada a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Light e Cerj são desestatizadas

#### **1997**

São privatizadas as distribuidoras CPFL (SP), AES Sul (RS), RGE (RS), Enersul (MS), Cemat (MT), Coelba (BA), Energipe (SE) e Cosern (RN)

#### **2010**

José Serra, então governador de São Paulo, abandona plano de privatização da Cesp

#### **2015**

Empresa chinesa Three Gorges vence leilão das usinas de Ilha Solteira e Jupia por R\$ 4,8 bi

#### **2016**

A italiana Enel vence o leilão da Celg D por R\$ 2,2 bilhões

#### **19.mai.2017**

Privatização de empresas estaduais de energia, como a Cemig, é aprovada como condição do socorro financeiro aos Estados

#### **21.ago.2017**

Governo federal propõe privatização da Eletrobrás

**23.ago.2017**

União inclui 11 lotes de transmissão de energia nos planos de desestatização para 2017

**22.set.2017**

Presidente da Cemig promete disputa judicial para evitar que quatro hidrelétricas sejam leiloadas

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Maria Cristina Frias

**Título:** Litro da gasolina premium sobe mais que o da comum em 2017

O valor médio da gasolina aditivada no país subiu mais que o dos outros combustíveis neste ano –até mesmo que o da gasolina comum.

Em janeiro de 2017, o litro da premium era 16% mais alto e, em setembro, 18,6%.

O dado é da Confaz (conselho de política fazendária), que monitora os valores nas bombas para estabelecer a cobrança de ICMS.

As cadeias logísticas do combustível e dos aditivos são diferentes, diz um executivo do setor, e isso faz com que os custos da gasolina comum e da premium não caminhem sempre juntos.

A política de preços que a Petrobras adotou para vender das refinarias para as distribuidoras também pode ter influência nessa tendência. Desde o fim de junho, a estatal informou que iria fazer ajustes com mais frequência. As distribuidoras e os postos têm maneiras distintas de lidar com essas mudanças –alguns repassam rapidamente, outros, aguardam.

Para absorver a volatilidade, algumas redes podem ter aumentado o preço da aditivada na bomba, segundo ele.

Os valores médios do litro do diesel, neste ano, pouco se alteraram nas bombas, segundo os dados do Confaz.

Um dos motivos para isso é que a alta de PIS e Cofins foi diferente para os dois tipos de combustíveis, afirma Elias Mota, consultor tributário para redes do setor.

O imposto para gasolina aumentou 107%, e a alíquota do diesel subiu 86%.

\*

### **SP ultrapassa Espírito Santo em produção de petróleo**

A produção paulista de petróleo ultrapassou pela primeira vez a do Espírito Santo, em julho deste ano, segundo a ANP (agência do setor).

Com a crescente produção dos campos de pré-sal no Estado, a ultrapassagem já era esperada para o início de 2018, mas foi antecipada devido a uma parada para manutenção de uma plataforma no Espírito Santo.

A perspectiva é que a diferença se acentue nos próximos anos, avalia o secretário de Energia e Mineração, João Carlos Meirelles.

"Além da produção crescente, novos campos serão leiloados neste ano, e deverão atrair um interesse grande dos investidores, tanto para este próximo leilão quanto do mês que vem", diz.

No leilão que será realizado nesta quarta-feira (27), estão inclusos 57 blocos exploratórios na região paulista.

Os royalties e participações especiais arrecadados até agosto em São Paulo já superaram o valor total de 2016.

Foram destinados R\$ 950 milhões só ao governo estadual, além de R\$ 755 milhões divididos entre cidades como Ilhabela e São Sebastião.

\*

**Cesp...** Um novo leilão de privatização da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) ainda não tem data, segundo o secretário de Energia e Mineração do Estado, João Carlos Meirelles. O calendário, diz ele, depende da União.

**...em espera** "Somos obrigados a esperar as mudanças no setor elétrico. Uma eventual prorrogação da concessão das hidrelétricas depende do governo federal, e voltou a se discutir se haverá a cobrança de um bônus de outorga."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mundo

**Autor:** Nelson Sá

**Título:** Investidor 'lota' emergentes, inclusive Brasil, que abre pré-sal ao 'Big Oil'

Segundo "Wall Street Journal" e "Financial Times", 2017 "tem sido um ano quente para o investimento em emergentes", com "ganhos de arregalar os olhos" para os investidores.

China, Brasil e Coreia do Sul "lideram as entradas", seguidos por Índia, Taiwan e Rússia e até "tomadores mais raros e de risco como Bielorrússia, Iraque e Tajiquistão".

O "FT" tenta ajudar os aplicadores a identificar os que não estão "tão lotados". O "WSJ" afirma que o esperado aumento nos juros americanos terá como efeito, se tanto, "uma pausa" na corrida aos emergentes.

Por outro lado, o mesmo "WSJ" publicou reportagem criticando a abertura do petróleo brasileiro ao "Big Oil" nesta semana, com atraso de anos, porque o interesse agora seria pequeno.

O jornal anota, contraditoriamente, que o leilão "atraiu o interesse de 32 companhias, incluindo muitas das maiores: Rosneft, da Rússia, CNOOC, da China, bem como ocidentais como BP, Total e Repsol".

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo**

**Seção: Mercado**

**Autor:**

**Título: Itaúsa pode avaliar consórcio para comprar fatia na Braskem, diz Setubal**

A Itaúsa (holding que administra as fortunas das famílias Setubal e Villela, controladoras do Itaú) estuda participar em um consórcio para compra de participação na petroquímica Braskem, segundo o presidente-executivo da controladora do Itaú Unibanco, Alfredo Setubal.

"Investir sozinhos não, porque precisa de muito dinheiro, mas podemos avaliar participar em um consórcio", disse em evento do grupo com analistas e investidores.

O executivo afirmou durante apresentação que a Itaúsa tem entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões por ano para novos investimentos em ativos não ligados ao setor financeiro e que está sempre atenta a novas oportunidades, embora não planeje novas compras em 2017.

Neste ano, a Itaúsa já comprou o controle da fabricante de calçados Alpargatas (que pertencia aos irmãos Batista, donos da JBS) e uma fatia minoritária na empresa de gasodutos NTS.

Também neste ano, a Itaúsa chegou a negociar com a Petrobras a compra de uma participação na BR Distribuidora, mas as conversas não evoluíram porque a estatal decidiu abrir o capital da subsidiária na Bolsa.

Por outro lado, a Petrobras tem dado sinais de que pode se desfazer de sua fatia minoritária na Braskem, da qual é sócia com a Odebrecht. A Itaúsa já detém ativos no ramo petroquímico por meio da Elekeiroz.

Segundo Setubal, com o ciclo de queda dos juros no país, e a consequente diminuição do custo de capital das empresas, a expectativa da Itaúsa é a de que surjam muitas novas boas oportunidades de investimento nos próximos anos. A orientação central do grupo para novas aquisições será para ativos nos quais a Itaúsa possa ter uma participação relevante, que sejam empresas já conhecidas no mercado e que proporcionem bons dividendos.

"Não queremos reduzir o nível médio de lucratividade do grupo", disse Setubal.

### **EMPRÉSTIMOS**

No mesmo evento, o presidente-executivo do Itaú Unibanco, Candido Bracher, afirmou que o segmento de empréstimos do banco logo se tornará rentável novamente.

A informação é um sinal de que o maior banco brasileiro está se recuperando da queda do mercado de crédito mais severo do país em duas décadas. Segundo ele, as provisões para perdas com empréstimos –que atingiram recorde em 2016– começarão a cair no médio prazo, sem especificar um cronograma.

"A perspectiva para o crédito no médio prazo é positiva, podemos voltar a criar valor com esse negócio", disse o executivo do Itaú Unibanco.

**VEÍCULO: Correio Braziliense**

**Seção: Economia**

**Autor: Simone Kafruni**

**Título: Cemig: usinas vão a leilão**

Objeto de disputa entre a União e o governo mineiro, por meio da estatal Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), as usinas hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande serão leiloadas hoje, às 10h, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). O governo federal espera arrecadar R\$ 11 bilhões em outorgas.

A estatal mineira impetrou um mandado de segurança no Supremo Tribunal

Federal (STF), com pedido de liminar, para suspender o leilão. O processo está com o ministro Dias Toffoli, que, em 20 de setembro, suspendeu acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) contrário à conciliação entre a União e a Cemig.

Até as 19h de ontem, o governo aguardava uma oferta da Cemig. **O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse esperar por uma posição formal da companhia mineira desde o ano passado. “Se a Cemig tiver uma proposta para fazer, que faça”, afirmou.

Numa última tentativa de ficar, ao menos, com a usina de Miranda, a Cemig anunciou uma capitalização de R\$ 1 bilhão. O movimento gerou volatilidade nas ações negociadas em bolsa. Elas abriram em queda de quase 5%, subiram mais de 7%, mas, sem uma decisão favorável, fecharam em queda de 2,31%. Procurada, a Cemig não respondeu. (SK)

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simoni Kafruni

**Título:** Venda da Eletrobrás em debate

Em sua primeira audiência pública sobre a privatização da Eletrobrás no Congresso Nacional, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, foi bastante pressionado por senadores e deputados. Em mais de 11 horas de sabatina, que começou às 8h30 nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) do Senado e terminou quase às 20h na Câmara, Coelho Filho defendeu com vários argumentos a venda da estatal.

O ministro revelou que o Sistema Eletrobrás “era o único caso no mundo no qual a holding não controlava as subsidiárias”. Ele explicou que as empresas acumularam prejuízos por conta do sistema de cotas implementado pela MP 579. “A Chesf recebe R\$ 10 pelo megawatt/hora, enquanto no mercado está entre R\$ 140 e R\$ 150. Como fazer aporte nas usinas, se 90% do seu parque é pelo sistema de cotas?”, indagou.

Parlamentares contrários e favoráveis à privatização participaram do debate. O senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) afirmou que trazer o capital privado para acelerar o desenvolvimento do país não significa abrir mão da inteligência da empresa. “O Estado brasileiro perdeu a capacidade de investir”, justificou.

O senador Renan Calheiros (PMDB/AL) lamentou que a privatização se dê “na base da improvisação, em um momento em que o país claudica e as suas estatais valem um terço do que valeram um dia”. “Esse governo de transição

não pode fazer movimentos bruscos contra os interesses do país. Sou contra vender, mas o pior é tirar o Congresso da decisão”, afirmou.

Na Câmara, Coelho Filho encontrou um ambiente bem mais hostil, com mais parlamentares contrários à privatização e maior participação popular. Muitos funcionários da empresa portavam cartazes com os dizeres “energia não é mercadoria”.

Os deputados questionaram a possibilidade de aumento nas tarifas de energia elétrica com a privatização. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), se a estatal sair do sistema de cotas, pode representar 16,7% de elevação nas faturas. “Quando a Aneel projetou esse aumento, não levou em consideração a modelagem proposta pelo governo”.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Simoni Kafruni

**Título:** *GLP industrial sobe 7,9%*

*A Petrobras reajustou os preços de comercialização às distribuidoras do gás liquefeito de petróleo (GLP) destinado aos usos industrial e comercial, no percentual médio de 7,9%. O aumento passa a vigorar nesta quarta-feira. Em nota à imprensa, a estatal esclareceu que o reajuste não se aplica aos preços de GLP destinado ao uso residencial, comercializado pelas distribuidoras em botijões de até 13kg (conhecido como P13 ou gás de cozinha), que já havia sofrido aumento, de 6,9%. De acordo com a estatal, as correções repassam para o consumidor a variação dos preços do mercado internacional.*

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Opinião

**Autor:**

**Título:** Defesa da Amazônia

A mobilização de amplos setores da sociedade brasileira surtiu o efeito desejado e o governo não teve outra alternativa a não ser revogar, por meio de decreto assinado pelo presidente Michel Temer, a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). O debate sobre o tema envolveu vários setores inconformados com o fim da reserva de 4,7 milhões de hectares, localizada entre o Pará e o Amapá, e a consequente abertura para a exploração mineral, já que a região é rica em minerais como ouro, nióbio, níquel, manganês e minério de ferro, entre outros.

Ambientalistas de todo o mundo protestaram contra a medida do governo, que acabou recuando diante das fortes pressões. O que os defensores da Amazônia mais temem é que a área, praticamente intocada pelo homem, seja invadida pelo garimpo ilegal na esteira da atividade mineral legalizada. Isso traria, inevitavelmente, problemas graves de desmatamento e ocupação desordenada, iniciando um processo de degradação que seria praticamente impossível de se estancar.

A Renca, originalmente, não era uma área de proteção ambiental, pois foi idealizada pelo regime militar, em 1984, para assegurar à União o monopólio da exploração mineral. Sem saber, os militares acabaram criando uma das regiões mais bem preservadas da Amazônia, que até então proibia qualquer atividade econômica no local. Durante 33 anos, os governos federal e estaduais criaram, dentro da Renca, nove áreas protegidas, sendo sete unidades de conservação e duas terras indígenas.

Com a extinção da reserva proposta pelo Palácio do Planalto, no mês passado, esse verdadeiro santuário ecológico do tamanho da Dinamarca seria invadido e correria sério risco. Sem mencionar o impacto sobre as tribos indígenas que vivem nas terras destinadas a eles. Diante dos vigorosos protestos e demonstrando sensatez, o governo recuou e anunciou novo decreto que mantinha a extinção da Renca, mas tornava as regras para a exploração mineral mais claras, de acordo com a visão de técnicos dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente.

As críticas prosseguiram, inclusive em âmbito internacional, e as autoridades anunciaram a suspensão dos efeitos do decreto de extinção da reserva. O governo se comprometeu em realizar amplos debates, num prazo de quatro meses, para se encontrar uma solução satisfatória para a questão. Diante da persistência da sociedade em defesa da região intocada, o Palácio do Planalto decidiu de forma sensata pela revogação do decreto de extinção, mas não sem antes deixar clara a sua posição de que a discussão está apenas postergada.

Em nota, o **Ministério de Minas e Energia** afirma que “o debate sobre o assunto deve ser retomado em outra oportunidade mais à frente e deve ser ampliado para um número maior de pessoas, da forma mais democrática possível”. O que as organizações da sociedade civil e ambientalistas esperam é que realmente o debate sobre a exploração mineral da Renca envolva o maior número de interessados e que prevaleçam os interesses nacionais, e não de grupos econômicos sem compromisso com a preservação da Amazônia.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Para economista, falta ousadia em pacote de privatizações**

Para a economista Elena Landau, ex-presidente do conselho de administração da Eletrobrás e também ex-diretora de privatizações do BNDES nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, falta ousadia para o pacote de vendas e concessões aprovado em agosto pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), com 57 projetos e R\$ 44 bilhões em investimentos a serem contratados até o fim de 2018.

Outro problema do programa de privatizações do governo Michel Temer, diz ela, é a falta de governança. "A governança da privatização está muito pouco clara. Você não sabe exatamente quem está olhando pela privatização", afirma Elena, explicando que há vários grupos do governo trabalhando nas privatizações, mas que não conversam entre si.

A especialista, que deixou o cargo na Eletrobrás este ano por sentir necessidade de expor suas ideias publicamente, elogia o trabalho conduzido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Seste), mas lembra que há o grupo do PPI, liderado pelo ministro da secretaria-geral da Presidência da República, Moreira Franco.

Além disso, explica, ministérios das áreas de infraestrutura também tratam sobre a privatização de ativos e suas respectivas áreas. "Há um grupo excelente na Seste, depois tem um grupo do PPI, que é do ministro Moreira Franco. Mas não foi o PPI que decidiu a privatização da Eletrobrás."

Elena afirma faltar ao governo definir um nome que centralize o discurso em relação às privatizações em curso ou planejadas. "Está faltando governança. Essas coisas têm que ser discutidas previamente, e não ter um lançamento de um programa e, em seguida, começarem as críticas. Falta alguém que fale pela privatização."

Sobre a falta de ousadia do programa de privatizações, a economista destacou que parte do pacote atual do PPI inclui ativos das versões anteriores e envolve também concessões. "Por que não se vende o controle da BR Distribuidora? Por que não se vende a participação da Caixa Econômica Federal no Banco Panamericano? O que já foi um erro na partida. Nunca deveria ter entrado", afirmou. "Não precisa olhar o pacote de privatização sob a ótica do que está dando lucro ou não. Você tem que olhar o pacote dentro de uma perspectiva de redução drástica do Estado."

Para a ex-diretora de privatizações do BNDES, o governo não deve se preocupar com um eventual desgaste político com a proximidade das eleições, para colocar mais ativos à venda. Segundo ela, a sociedade em geral hoje está muito mais a favor das privatizações do que jamais esteve.

Segundo ela, para que o efeito das privatizações para a população seja positivo, é importante fortalecer as agências reguladoras e evitar que sejam politizadas. No caso da estatal elétrica, afirma Elena, o governo está olhando apenas a pulverização do controle da companhia. "Mas é preciso olhar o poder de mercado que a nova Eletrobrás terá."

Elogiando a condição atual da Agência Nacional do Petróleo (ANP), sob o comando de Décio Oddone, a economista destacou que o rigor da Lei das Estatais - que, entre outros pontos, impede que pessoas com ligação política atuem na gestão dessas empresas -, deveria ser imposto também às agências reguladoras e fundos de pensão.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Brasil**

**Autor: Daniel Rittner | De Brasília**

**Título: Parecer recomenda sobretaxa a aço chinês e acirra disputa no governo**

Uma nova disputa já se desenha na Esplanada dos Ministérios e deve acirrar posições divergentes no governo: o que fazer com um parecer recém-concluído pela área técnica, em caráter final, com a recomendação expressa de impor sobretaxa ao aço chinês.

O parecer da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), ainda confidencial, indica que fornecedores de laminados a quente da China e da Rússia vendem seus produtos no mercado brasileiro a preços desleais. Por isso, defende a aplicação de direito antidumping contra siderúrgicas dos dois países. A deflagração de um contencioso com Pequim, atualmente o maior parceiro comercial do Brasil, preocupa as autoridades.

De um lado está o Instituto Aço Brasil, influente entidade do setor, que reúne as três empresas autoras da investigação: ArcelorMittal, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Gerdau Açominas.

De outro lado, 18 associações industriais - como Anfavea, Abimaq, Eletros e Sinaval - enviaram carta ao presidente Michel Temer contra a sobretaxa. Elas alegam que haverá um "inevitável repasse de preço" pelos fornecedores nacionais em caso de encarecimento do produto importado e alertam sobre o

risco de "pressão inflacionária e aumento de preço ao consumidor final, além do impacto à competitividade das nossas exportações".

Uma reunião do conselho de ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com esse assunto na pauta, acaba de ser convocada para o dia 25 de outubro. Antes disso, o Gecex - grupo composto pelos secretários-executivos de cada pasta integrante do colegiado - tem encontro marcado no dia 11, mas ninguém acredita que uma decisão tão sensível dos pontos de vista comercial e político possa sair sem o aval direto dos ministros.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) tem mantido postura a favor da aplicação de direitos antidumping e tudo aponta para uma defesa do trabalho de seus técnicos na Secex. O parecer é descrito por seus conhecedores como "extenso e minucioso", um dos mais abrangentes já produzidos pelo departamento de defesa comercial, justamente como forma de se antecipar a eventuais críticas.

Em abril, a resolução nº 29 da Camex - publicada dias antes de sua saída do Itamaraty e transferência de volta para o Mdic - regulamentou como recomendações finais da área técnica podem ser ignoradas em casos de "interesse público" nas medidas antidumping ou de direitos compensatórios a práticas desleais de comércio. Mesmo havendo provas de que os chineses e russos inundaram o mercado brasileiro com aço artificialmente barato, esse princípio pode ser evocado como forma de negar a sobretaxa.

O caso dos laminados a quente ainda não foi discutido em profundidade pelos ministérios envolvidos na Camex. Em discussões recentes e sinalizações preliminares, no entanto, há um embate em gestação. Fazenda e Secretaria de Assuntos Estratégicos - esta última subordinada ao ministro Moreira Franco - têm sido bastante críticas das ações antidumping. Elas recorrem não só ao argumento de impacto nos custos das cadeias produtivas, mas a estudos mencionando que setores mais protegidos da economia são menos competitivos.

Em julho, o Brasil importou 137 mil toneladas de laminados planos, ou 14,1% do consumo no mês. Um ano antes, essa penetração era de 4,4%. A China é um dos maiores fornecedores externos.

O Ministério da Agricultura, que também tem assento no colegiado, costuma olhar interesses setoriais nas discussões. Algumas recentes medidas protecionistas tomadas pela China, como a abertura de investigação antidumping contra a carne de frango do Brasil, são tidas nos bastidores como possível retaliação ao caso dos laminados a quente.

O Itamaraty, frequente protagonista nas reuniões da Camex, tem uma visão mais universal e obrigatoriamente presta atenção nas relações bilaterais como um todo. E o que está em jogo não é pouca coisa. Investidora pesada no setor elétrico e com um fundo de US\$ 20 bilhões que pode financiar grandes projetos de infraestrutura, a China tem mostrado claramente disposição em aprofundar sua parceria com o Brasil na gestão do presidente Michel Temer, que foi recebido em visita de Estado a Pequim.

Os asiáticos têm cobrado insistentemente o reconhecimento do status de economia de mercado por seus principais parceiros, incluindo o Brasil, a partir de dezembro de 2016 - 15 anos após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse período serviu, em tese, justamente para se adaptar às regras internacionais. Estados Unidos, Japão e União Europeia dizem que não têm como dar esse status à China por causa da forte intervenção estatal e dos enormes subsídios para suas empresas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Daniel Rittner, Fernando Exman, Cristiane Bonfanti e Luiza Martins | De Brasília

**Título:** Tentativa de acordo fracassa e usinas da Cemig vão a leilão hoje

Após um arsenal de ações jurídicas e uma ofensiva política que uniu a bancada mineira no Congresso Nacional, fracassaram as últimas tentativas da Cemig para suspender o leilão de quatro usinas hidrelétricas e manter pelo menos parte dos ativos. Pressionado pela escassez orçamentária e com medo de punições do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo federal rejeitou os apelos finais da empresa para um acordo em torno das usinas.

"Essa decisão deve ser endereçada ao governo correto", afirmou ontem o **Ministro De Minas E Energia, Fernando Coelho Filho**, referindo-se à reforma do setor elétrico implementada pela administração da ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, apesar da campanha feita pela Cemig e pelos parlamentares, nenhuma proposta formal e com garantia de recursos foi apresentada. "Nós nunca nos fechamos às negociações", disse o ministro.

Depois de apresentações para investidores estrangeiros, incluindo "road shows" na China e nos Estados Unidos, autoridades de alto escalão diziam ontem que tirar uma ou mais usinas do certame ou suspendê-lo completamente minaria a credibilidade do Programa de Parceiros de Investimentos (PPI) e representaria um golpe nos esforços para atrair mais interessados ao recém-anunciado plano de concessões.

Um ministro com gabinete no Palácio do Planalto afirmou ao **Valor** que reconhecia a sensibilidade política do assunto para Minas Gerais, mas só considerava a possibilidade de adiamento do leilão em caso de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em uma cartada final, o presidente da Cemig, Bernardo Salomão, foi pessoalmente à Advocacia-Geral da União (AGU) pedir a preservação de pelo menos uma hidrelétrica nas mãos da empresa. "Estou correndo atrás para ver se a gente consegue negociar Miranda e Jaguará, mais provavelmente apenas Miranda", disse o executivo, à saída do STF. "Vamos ver se podemos fechar dessa forma."

Reservadamente, advogados responsáveis pela defesa da Cemig já demonstravam pessimismo com a chance de obter um acordo ou uma decisão do Supremo para suspender a disputa.

O destino fez com que a data do leilão, marcado para hoje, ficasse próximo ao início da tramitação na Câmara da segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer. Uma infeliz coincidência para o governo, que nos últimos dias precisou equilibrar-se entre seu esforço de recuperação fiscal, a necessidade de manter o programa de concessões e o risco de desagradar a bancada mineira.

### ***Estatal mineira enfrentou dificuldades para assegurar novo empréstimo para pagar outorga de usinas***

Liderados pelo primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), deputados mineiros pediram a Temer o início de uma negociação com o objetivo de manter pelo menos uma hidrelétrica sob controle da estatal. Político experiente, o presidente não se opôs.

Sabia que o acordo teria dificuldades de se efetivar, mas não poderia dizer um "não" enfático a uma bancada forte no Congresso. Sobretudo em relação a um tema delicado, a poucos meses do início da campanha eleitoral.

Ramalho exerce uma função estratégica na Câmara. E o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), colegiado que faz a análise preliminar da denúncia, também é do Estado. O deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) já teve uma atuação durante a primeira denúncia contra Temer não muito alinhada aos interesses do Planalto.

Minas Gerais tem 53 deputados. Apenas São Paulo possui uma bancada maior, com 70 representantes. Na primeira denúncia contra Temer, os mineiros votaram em peso pelo arquivamento da peça escrita pela PGR: só 18 deputados se manifestaram a favor do prosseguimento.

Um ponto decisivo contra o acordo entre governo e Cemig foi a dificuldade da empresa em pegar novos empréstimos no mercado financeiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que normalmente não financia o pagamento de outorga em leilões, também negou crédito. Pesou ainda o desespero da equipe econômica por mais receitas para diminuir o rombo fiscal e o último pronunciamento do TCU sobre o assunto.

"Quem tem CPF, tem medo", repetia uma autoridade diretamente envolvida nas conversas com a Cemig em torno das usinas. No fim da semana passada, mesmo após liminar do STF, ministérios que participam das negociações foram advertidos pelo Planalto sobre os riscos - inclusive de responsabilidade como pessoa física - de um acordo.

A liminar dada pelo ministro Dias Toffoli suspende os efeitos de um acórdão do TCU que considera potencialmente lesivos ao erário um acordo com a Cemig. Mas há problemas de ordem legal, conforme interpretação feita pelo Planalto e difundida entre os ministérios. O acórdão do tribunal de contas já trata do mérito, não tem chance de recuo, soa como uma ameaça aos gestores públicos. Já a decisão de Toffoli tem caráter temporário, pode ser derrubada, não entra no conteúdo, fala basicamente sobre até onde vai o poder do órgão de controle.

Resultado prático: a liminar concedida pelo STF não daria conforto jurídico suficiente para alguém botar a assinatura em um documento que pode gerar muita, mas muita dor de cabeça mais adiante. O órgão de controle está fortalecido e pode abrir uma tomada de contas especial, o processo mais sensível do tribunal, em caso de descumprimento do acórdão. A punição decorrente de uma tomada de contas pode chegar a multas cobradas da pessoa física até a inabilitação para exercer cargos públicos. Alguma autoridade disposta a correr esse risco depois do julgamento das pedaladas fiscais?

**(Colaboraram Rafael Bitencourt e Bruno Peres)**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília**

**Título: Modelo de venda da Eletrobrás na fase final**

**O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse ontem que o modelo de privatização da Eletrobrás está em fase final de definição pelo governo. Ele, no entanto, não informou em quanto tempo será feita a emissão de ações com a diluição da participação governamental.

"O modelo final de privatização será apresentado ao presidente [da República, Michel Temer] nos próximos dias", disse o ministro ao participar de audiência

pública promovida pelas comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos, do Senado.

Coelho afirmou que a Eletrobrás conta com ativos avaliados em R\$ 170 bilhões. "Apesar de todos os números grandiosos da Eletrobrás, é importante colocar alguns desafios", afirmou.

O ministro defendeu a privatização da Eletrobrás apresentando o conjunto de dificuldades enfrentadas atualmente pela companhia sob o controle estatal. Ele lembrou que os problemas do grupo se agravaram a tal ponto que a empresa sofreu a ameaça de ter as ações suspensas na bolsa de Nova York em maio do ano passado.

O ministro rebateu as críticas feitas por senadores de que a Eletrobrás está sendo privatizada no momento de desvalorização. "Não estamos propondo vender a companhia na bacia das almas ou a preço de banana", afirmou.

Coelho Filho reiterou que o processo de descotização da energia produzida por usinas antigas da Eletrobrás deve acontecer simultaneamente à privatização da empresa.

"A descotização não será feita de uma só vez para evitar impacto tarifário, mas achamos que em quatro ou cinco anos é tempo suficiente. Assim, a reconstrução poderá ser feita de forma ordenada pelas distribuidoras", diz ministro.

O regime de cotas foi instituído pela Medida Provisória 579/2012, para reduzir o custo das tarifas via renovação antecipada dos contratos. O ministro explicou que somente a Eletrobrás teve 14 hidrelétricas que migraram para a nova modalidade de contrato, com remuneração reduzida baseada apenas nos custos de operação e manutenção.

Com o reestabelecimento dos níveis de remuneração, via processo de descotização, o governo pretende receber um bônus de outorga bilionário. Os recursos serão levantados pela companhia com a emissão de papéis até que seja diluído o controle da União.

Coelho Filho reforçou que o governo poderá vender parte de suas ações da companhia se a emissão não cumprir o objetivo de reduzir a participação ao ponto de levar à perda do controle.

"O que vai agregar valor à Eletrobrás é o fato de a gestão sair das mãos do público e ir para o privado", afirmou o ministro. Segundo ele, não há definição se a mudança na lei, necessária para cumprir o plano de privatização, será

enviada pelo governo ao Congresso Nacional por medida provisória ou projeto de lei.

Sobre a privatização das distribuidoras da Eletrobrás, o ministro disse receberá do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) os estudos finais sobre a privatização das seis distribuidoras do grupo Eletrobrás amanhã. Segundo ele, os documentos vão estabelecer o cronograma e o chamado "valuation" das subsidiárias de distribuição, que indicará a avaliação dos ativos para a licitação.

Coelho Filho afirmou que o trabalho do BNDES vai sinalizar se o leilão será realizado até o fim deste ano, como prevê o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), ou se ficará para os primeiros meses de 2018. Ele ressaltou ainda que a Eletrobrás tem perdido a posição que ocupava no setor elétrico.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo**

**Título: New Fortress Energy quer antecipar termelétrica da Bolognesi**

A americana New Fortress Energy, que confirmou ontem a assinatura de um acordo para aquisição do projeto da termelétrica Rio Grande, do grupo gaúcho Bolognesi, pretende acelerar as obras e antecipar o início da operação do empreendimento, previsto atualmente para 2021.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, contudo, a companhia ainda depende da emissão da licença de instalação pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) para iniciar as obras. A expectativa, segundo a fonte, é que o documento seja concedido até 15 de dezembro.

A aquisição do projeto foi antecipada pelo **Valor** em reportagem publicada na segunda-feira. Inicialmente, a termelétrica, que foi contratada em um leilão em 2014, deveria entrar em funcionamento em 2019. Com a escalada do dólar e o agravamento da crise econômica brasileira, a Bolognesi encontrou dificuldades para tirar do papel o projeto, cujos investimentos associados são estimados em R\$ 3 bilhões.

No início do ano, a Bolognesi conseguiu que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedesse um prazo até 2021 para entrega da usina, que terá 1,2 mil megawatts (MW) de potência. No entanto, falta encontrar um novo investidor disposto a assumir o projeto.

A usina ficará localizada no município de Rio Grande (RS), e está prevista ainda a construção de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL), que vai abastecer a termelétrica. Segundo comunicado divulgado ontem pela companhia americana, o terminal de GNL será utilizado também pela indústria local do Rio Grande do Sul.

Com a venda do projeto, a Bolognesi encerrou um imbróglio que teve início em 2014. Além dessa usina, a companhia tinha contratado ainda outra termelétrica, também de 1,2 mil MW de potência, que teve o projeto assumido pela Prumo recentemente.

Esse projeto, que também terá um terminal de GNL, inicialmente ficaria localizado em Pernambuco, no Porto de Suape. A Prumo, porém, solicitou à Aneel autorização para transferir o projeto ao Porto do Açu, no Rio de Janeiro.

A questão do GNL, que sempre foi um obstáculo para a questão das duas obras, deve ser equacionada pelos novos sócios. No caso da Rio Grande, a New Fortress Energy é sócia em blocos de exploração nos Estados Unidos e vai importar o gás. Já a Prumo acertou parceria com a Siemens e a petroleira britânica BP, que será a fornecedora de GNL da usina.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio**

**Título: Expectativa de disputa acirrada por hidrelétricas**

O leilão das quatro hidrelétricas que eram da Cemig cujas concessões já venceram, previsto para acontecer hoje, tem o potencial de arrecadar um ágio significativo em relação aos R\$ 11 bilhões mínimos da outorga. O único obstáculo que coloca isso em risco é a própria Cemig, que não descarta conseguir uma liminar para suspender o leilão, a fim de chegar a um "acordo" com o governo para ficar com as usinas.

A previsão do governo é licitar hoje as hidrelétricas Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande, que somam 2.922 megawatts (MW) de capacidade instalada. Para se ter uma ideia do que está em jogo, a potência conjunta dos empreendimentos supera todo o parque gerador da AES Tietê (2.658 MW) ou da Cesp (1.654 MW).

Para a Cemig, o peso é relevante. As usinas representam metade do parque gerador de hidrelétricas da estatal mineira, ou um terço de toda sua potência instalada.

Não por acaso, várias companhias estrangeiras declararam interesse em participar do leilão, como a italiana Enel, a franco-belga Engie (cujo conselho de administração aprovou ontem a presença na disputa), a chinesa State Power Investment Corporation (SPIC), e o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan (CPP). Já a Aliança Geração de Energia (joint venture entre a Vale e a própria Cemig) não deve participar, pois, segundo o **Valor** apurou, os sócios não chegaram a um acordo.

As regras do leilão são consideradas atrativas pelo mercado. Uma fatia de 30% da energia assegurada será destinada ao mercado livre, enquanto os outros 70% serão alocados no regime de cotas de garantia física e potência, mas uma tarifa muito maior que a determinada para aquelas hidrelétricas que aderiram ao criticado regime criado no governo de Dilma Rousseff em 2012.

Outro ponto positivo é que a energia contratada em cotas é livre do risco hidrológico (medido pelo fator GSF), que é totalmente alocado ao consumidor.

Pela análise do Goldman Sachs, que assume um preço de energia no mercado livre entre R\$ 140 por megawatt-hora (MWh), média do ano passado, com a previsão de longo prazo de R\$ 185 o MWh, o governo pode arrecadar de R\$ 14,5 bilhões a R\$ 18 bilhões no certame - o que representaria prêmio de 30,8% a 62,8% em relação aos R\$ 11 bilhões mínimos da outorga.

A estimativa do banco leva em conta ainda uma taxa de retorno implícita de 7,5% nos investimentos, em linha com o registrado nos últimos leilões de usinas hidrelétricas feito no país.

De acordo com o Santander, os balanços robustos das elétricas chinesas e da Enel podem permitir que estas participem de todos os blocos ofertados no leilão. No caso da italiana, porém, o banco acredita que o foco está mais voltado para o segmento de distribuição e de geração renovável.

Com base nas estimativas para o resultado operacional da Engie no próximo ano, o Santander avalia que a companhia pode apresentar proposta de R\$ 5,5 bilhões, o que seria suficiente para arrematar as usinas de Jaguará, Miranda e Volta Grande. A EDP Brasil, por sua vez, poderia investir R\$ 2 bilhões na outorga do certame, o que daria para ficar com uma dessas três hidrelétricas.

O **Valor** apurou que, motivados pelos incentivos financeiros, vários investidores se interessaram nos ativos. Segundo fontes, ao menos dois interessados fizeram os aportes das garantias para cada um dos lotes do leilão.

As incertezas quanto à atuação da Cemig no judiciário é que podem colocar o leilão em risco. Segundo uma fonte do mercado de energia com conhecimento do assunto, elas levaram algumas empresas inicialmente interessadas no

negócio a desistir do certame. "Algumas empresas que achei que iriam entrar pesado [no leilão] desistiram [de participar]. Teve uma que desistiu ontem", disse a fonte, ao **Valor**, sob condição de anonimato. Ela não revelou o nome das empresas que desistiram do leilão.

"A insegurança está muito grande. Por conta dessas coisas todas, o pessoal está receoso de ir para o tudo ou nada", completou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Volta da Petrobras aos leilões da ANP é cercada de dúvidas

Há quase quatro anos sem adquirir novas áreas exploratórias, a Petrobras tem planos de voltar aos leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) este ano, mas a estratégia da empresa para a 14ª Rodada, de hoje, ainda é uma incógnita. No mercado, a expectativa é que a presença da estatal não seja tão expressiva e que a participação das demais petroleiras ajude ao governo a arrecadar entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão em bônus de assinatura, segundo estimativas dos organizadores do leilão.

Primeiro grande teste do governo, após uma série de mudanças pró-mercado adotadas nas regras do setor desde o ano passado, a 14ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios pode marcar o retorno da Petrobras às compras, depois da ausência na 13ª Rodada em 2015. A dimensão da participação da estatal no leilão, no entanto, ainda gera curiosidade no setor.

"Uma coisa interessante será ver qual será a atuação da Petrobras no leilão", afirma Giovani Loss, sócio responsável pela área de óleo e gás do escritório Mattos Filho.

Ele lembra que a companhia está conduzindo um plano fortemente concentrado em redução de investimentos e de nível de endividamento e já assumiu compromissos milionários nos dois leilões de partilha do pré-sal, de outubro - se tiver sucesso nas rodadas de partilha, a companhia terá que desembolsar ao menos R\$ 810 milhões em bônus correspondentes à participação mínima de 30% nas áreas em que exerceu o direito de preferência: Sul de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central.

Por outro lado, a companhia precisa repor reservas, como todas as empresas do setor. Desde sua última participação em leilão, em outubro de 2013, a Petrobras devolveu cerca de 60 concessões onde operava. A empresa possui, hoje, 125 blocos, segundo a ANP.

A 14ª Rodada será o primeiro leilão da Petrobras sob a gestão de Pedro Parente. Na última licitação do tipo, a companhia, sob o comando de Aldemir Bendine, preso há praticamente dois meses, na 42ª fase da Operação Lava-Jato, não fez oferta por nenhum bloco. Foi a primeira vez que a maior petroleira do país saiu de um leilão da ANP de mãos vazias. Na ocasião, além do baixo preço do petróleo e da baixa atratividade das áreas oferecidas, pesou na decisão a necessidade da empresa de reduzir seu endividamento.

Em carta enviada pelo presidente da Petrobras a funcionários, esta semana, Parente disse que vai analisar as áreas da 14ª Rodada de forma conjunta com os ativos que serão licitados pelo governo nos próximos leilões até 2019. Além dos dois leilões sob o regime de partilha do pré-sal, marcados para outubro, o governo pretende fazer a 15ª Rodada e o 4º leilão do pré-sal, em 2018, e a 16ª Rodada e o 5º leilão do pré-sal em 2019.

"Nosso objetivo é assegurar que, olhando o conjunto de todas as áreas ofertadas nesses leilões, tenhamos os melhores resultados para o nosso portfólio e avancemos de forma consistente na reconstrução da nossa empresa", disse ele, no documento. "Esta sinalização de mais longo prazo na realização dos leilões permite que a nossa empresa, assim como os demais interessados, possa se programar, além de montar uma estratégia que é conjunta para os ativos ofertados", complementou.

Ele destacou, ainda, que recompor o portfólio de exploração é uma das iniciativas do planejamento estratégico da companhia. A relação reserva/produção (R/P) da Petrobras caiu de 2015 (14,2 anos) para 2016 (13,5 anos), de acordo com critério da Society of Petroleum Engineers (SPE).

O governo estima que a 14ª Rodada possa gerar entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão de arrecadação. **Segundo o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, o sucesso do leilão será medido não só pela arrecadação, mas também pela capacidade da rodada de atrair novos operadores e pela diversificação geográfica das áreas arrematadas.

"Para mim sucesso é aumentar o número de operadores no Brasil, ter uma arrecadação razoável. R\$ 1 bilhão é um número simpático. Se for mais, melhor. E ter áreas vendidas em todas ou quase todas as bacias", afirmou Félix.

Já a ANP estima que a arrecadação deverá ficar "na casa dos R\$ 500 milhões", segundo o diretor-geral, Décio Oddone, que acredita que entre 20% e 30% dos 287 blocos ofertados sejam licitados.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Chinesa oferece menor preço para fazer unidade de gás do Comperj**

A chinesa Shandong Kerui apresentou o menor valor para a construção da unidade de processamento de gás natural (UPGN) da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, em concorrência aberta pela Petrobras. O **Valor** apurou que a proposta da companhia foi cerca de 15% inferior à da segunda oferta mais barata, apresentada pela americana Fluor.

O consórcio Cobra / Qualiman ofereceu proposta ligeiramente superior à da Fluor, ficando em terceiro lugar. E a quarta colocada foi a italiana Tecnimont.

O **Valor** apurou que o processo ainda não foi concluído. A expectativa é que a Petrobras oficialize o resultado da concorrência nas próximas semanas, caso não haja nenhum recurso apresentado pelas demais participantes.

Uma das maiores fornecedoras de bens e serviços para a indústria de óleo e gás da China, a Shandong Kerui possui escritório no Brasil há dois anos. Para a concorrência da UPGN do Comperj, a chinesa se associou à brasileira Potencial Engenharia, do grupo Método Engenharia.

Procurada, a Petrobras informou ter recebido na segunda-feira quatro propostas comerciais das licitantes convidadas, porém não revelou seus respectivos nomes e valores apresentados. "As etapas posteriores envolvem análise de documentos, divulgação da classificação e negociação comercial, concluindo com a assinatura do contrato prevista para o 1º trimestre de 2018", completou a estatal, em nota, ao **Valor**.

A UPGN é a única grande etapa do Comperj prevista para receber investimentos nos próximos anos, dentro do plano de negócios da empresa 2017-2021.

As obras na UPGN do Comperj estão paradas desde outubro de 2015. O consórcio QGIT (Queiroz Galvão, Iesa e Tecna) era o responsável pela prestação do serviço, mas o contrato foi rescindido pela Petrobras em março daquele ano. O contrato original era da ordem de R\$ 2 bilhões, dos quais entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões foram desembolsados. Ao todo, 36% das obras da unidade de processamento foram executadas.

Com relação à refinaria do Comperj, a Petrobras negocia parceria com a também chinesa CNPC para a conclusão do projeto, que já atingiu cerca de 85%

de execução, onde já foram investidos US\$ 13 bilhões. Estima-se que são necessários outros US\$ 2,3 bilhões para concluir as obras.

A parceria é um dos pontos em aberto em memorando firmado em julho.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### **Eletronuclear e Angra 3**

A Eletrobrás divulgou comunicado ao mercado ontem no qual afirma que a Eletronuclear protocolou, na semana passada, pedido para a interrupção da prescrição em relação às empresas do Consórcio Angramon. O pedido tem como objetivo preservar o direito de ressarcimento da Eletronuclear em relação aos potenciais prejuízos causados em decorrência de denúncias e investigações oriundas da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. As empresas que formam o Angramon - Odebrecht, UTC Engenharia, Techint, Andrade Gutierrez, EBE, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa - são acusadas de terem formado um cartel para vender a concorrência para a montagem eletromecânica dos pacotes 1 e 2 da usina nuclear de Angra 3. Caso o pedido seja aceito pela Justiça, fica suspensa a prescrição, o que pode garantir à Eletronuclear o ressarcimento de prejuízos, caso ela obtenha esse direito ao fim dos processos.

### **Minério sobe 3%**

O minério de ferro voltou a subir ontem após três dias consecutivos de queda, que levaram a commodity ao menor valor em quase três meses. Os preços do produto com teor médio de 62%, entregue no porto chinês de Qingdao, avançaram 3%, para US\$ 64,95 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A matéria-prima acumula agora perdas de 17,7% durante o mês de setembro e de 17,6% no acumulado de 2017. Por outro lado, fechará o terceiro trimestre em patamar forte - restando três dias para encerrar o ciclo, a média de preços está em US\$ 71,83. Sobre o segundo trimestre, o avanço é de 14%, e sobre o terceiro do ano passado, de 23,1%. No mercado futuro, entretanto, o dia foi negativo. Os contratos do minério de mesmo tipo com vencimento em janeiro tiveram queda de 0,3% e terminaram cotados em 464,50 yuans (US\$ 70,10) por tonelada.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Stella Fontes | De São Paulo

**Título:** Braskem defende recompra da Cetrel

Sob o risco de um grupo de acionistas minoritários tentar dificultar a recompra da Cetrel, empresa que presta serviços ambientais no Polo de Camaçari (BA) e em 2012 foi vendida à Odebrecht Ambiental, a Braskem defendeu em nota que o negócio se justifica por estar alinhado à estratégia de reforço da operação petroquímica.

Em sua edição de ontem, o jornal "O Estado de S.Paulo" informou que minoritários estão se movimentando para barrar a recompra, sob a alegação de que a atividade de saneamento não está no escopo da Braskem e que o negócio visa apenas a dar liquidez à Odebrecht, que controla a petroquímica junto com a Petrobras. O grupo enfrenta dificuldades financeiras na esteira da Operação Lava-Jato.

A operação será votada em assembleia geral extraordinária (AGE) marcada para sexta-feira e a Odebrecht não vota na assembleia por ser parte relacionada.

Ainda não houve manifestação formal dos minoritários contrários à operação. No entanto, apurou o **Valor**, um representante de um grupo de acionistas teria levantado a questão em reunião realizada há algumas semanas, mas o debate não foi adiante naquele momento.

A Cetrel é responsável pelo gerenciamento de resíduos e tratamento de água no polo baiano, cuja central petroquímica pertence à Braskem, e hoje é controlada pela Odebrecht. São acionistas da empresa outras indústrias instaladas em Camaçari, atendidas pela empresa, e o Estado da Bahia.

Procurada, a Braskem informou em nota que a "aquisição busca garantir a segurança e a confiabilidade das operações industriais no polo" e que a Cetrel "tem papel relevante na gestão dos processos ambientais das atividades" no local.

Em 2012, quando decidiu pela venda da fatia de 54,2% que detinha na Cetrel e da Distribuidora de Água de Camaçari (DAC), de produção de água desmineralizada, clarificada e potável e responsável pela gestão do reservatório de água de incêndio, a Braskem não estava em seu melhor momento financeiro.

A venda das duas empresas à Odebrecht Ambiental rendeu R\$ 652 milhões à petroquímica, dos quais R\$ 208 milhões da Cetrel e R\$ 444 milhões da DAC. Nos anos seguintes, sob a gestão da Ambiental, a DAC foi incorporada à Cetrel.

No fim do ano passado, a Odebrecht acertou a venda da Ambiental para a canadense Brookfield, que não manifestou interesse pela Cetrel. Diante disso, e da relevância da operação para o polo de Camaçari, a Braskem apresentou uma oferta de R\$ 610 milhões para recomprar uma fatia de 63,7% da empresa (que já incorporou a DAC).

Conforme fonte próxima às negociações, o preço oferecido foi avalizado por duas empresas independentes de avaliação de ativos e a percepção é a de que a Petrobras, co-controladora da petroquímica, dará seu aval à operação.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho | Do Rio

**Título:** Cinco petroleiras poderão estrear no leilão do pré-sal marcado para 2017

Ao menos cinco petroleiras globais tentam estrear no pré-sal brasileiro por meio dos leilões de partilha deste ano. Das 12 primeiras empresas habilitadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) para a 2ª e 3ª rodadas de partilha, ExxonMobil (EUA), Petronas (Malásia), BP (Reino Unido), Qatar Petroleum (Catar) e CNODC (China) estão, hoje, fora da fronteira exploratória mais promissora do país.

Dentre elas, a única que produz petróleo no país é a Qatar Petroleum, sócia da Shell no projeto Parque das Conchas, na Bacia de Campos. Petronas e CNODC, por sua vez, são estreadores nos leilões da ANP e não possuem ativos no país.

Já a Exxon, embora detenha dois blocos exploratórios no país, ainda possui uma participação tímida no mercado brasileiro. A norte-americana chegou a atuar no pré-sal, mas devolveu a concessão BM-S-22, na Bacia de Santos, após uma campanha de perfuração mal-sucedida na região. A BP é outra gigante do setor que está fora do pré-sal brasileiro, embora participe de 18 blocos exploratórios no país.

***Além das 12 petroleiras já habilitadas, outras cinco manifestaram interesse em participar das rodadas de outubro***

A lista de habilitadas para as licitações inclui, por outro lado, figuras conhecidas no pré-sal brasileiro, dentre elas a Petrobras, a portuguesa Petrogal (sócia da estatal em Lula); a sino-espanhola Repsol Sinopec (sócia em Sapinhoá); Shell

(sócia da Petrobras em Lula e Sapinhoá e operadora de Gato do Mato); Statoil (operadora de Carcará); Total (que está em vias de assumir a operação de Lapa, campo adquirido junto a Petrobras). A espanhola Repsol se inscreveu também sozinha, sem a presença de sua sócia Sinopec, na 3ª rodada.

A presença dessas sete empresas já era aguardada, porque atuam nos projetos de Sapinhoá, Gato do Mato e Carcará, cujas áreas da União adjacentes às descobertas (as áreas unitizáveis) serão ofertadas na 2ª Rodada.

Todas elas, com exceção da Sinopec, no entanto, se inscreveram também para a 3ª rodada, sinalizando que tem a intenção de expandir suas respectivas presenças no mercado brasileiro por meio de novos projetos. O 3º leilão do pré-sal, que ofertará as áreas de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central, é a primeira rodada a oferecer novas áreas exploratórias do pré-sal desde o fim da operação única da Petrobras.

A presença das grandes multinacionais nas rodadas de partilha foi comemorada pelo diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. Segundo ele, a demonstração de interesse por parte das grandes petroleiras globais pelos leilões "simboliza a retomada da confiança" das companhias no mercado brasileiro.

Além das 12 petroleiras já habilitadas, outras cinco companhias manifestaram interesse em participar das rodadas de outubro, mas ainda aguardam a habilitação por parte da ANP.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo**

**Título: Abengoa Bioenergia entra com pedido de recuperação judicial**

A Abengoa Bioenergia Brasil, braço da espanhola Abengoa que possui duas usinas sucroalcooleiras em operação no Estado de São Paulo, entrou com pedido de recuperação judicial após dois anos arrastando dívidas de quase R\$ 1 bilhão. Se o pedido for aceito pela Justiça, o número de unidades industriais do segmento no país protegidas judicialmente dos credores subirá para 54.

O pedido foi apresentado no Fórum de Santa Cruz das Palmeiras (SP), onde está a sede da companhia, e foi precipitado após o Santander, um dos principais credores da companhia, com R\$ 70 milhões a receber, apresentar em junho um pedido de falência da empresa.

A dívida da companhia supera o faturamento. No exercício 2015, encerrado em 31 de dezembro (último dado disponível), a companhia registrou receita líquida de R\$ 673 milhões, enquanto o endividamento líquido estava em R\$ 949 milhões.

Da dívida inscrita no pedido, R\$ 800 milhões são devidos àqueles que não têm garantia real (quirografários). Estão nessa categoria diversos bancos, que em parte possuem alienação fiduciária. Entre esses créditos concursais também estão R\$ 10 milhões devidos a pequenas e microempresas, além de R\$ 3 milhões em créditos trabalhistas. A dívida que não se submete às regras da recuperação (extraconcursal) chega a R\$ 200 milhões, montante que também inclui valores devidos a algumas instituições financeiras.

A empresa, que é representada pelo escritório TWK Advogados, vinha tentando renegociar sua dívida com base em um plano de venda de ativos. O paquistanês Fatima Group chegou a fazer due diligence nas duas unidades paulistas no início do ano para avaliar a aquisição de ao menos uma delas.

O negócio não andou porque os processos esbarraram nos problemas da empresa na Justiça e em dificuldades macroeconômicas. Segundo fontes do segmento, a existência de um inquérito a respeito da contratação de duas empresas pela Abengoa Bioenergia sem o recolhimento de impostos e da transferência de recursos da companhia para a matriz na Espanha, também sem pagamento de impostos, foi um fator decisivo.

A empresa, porém, atribuiu o desinteresse dos investidores à atual crise política e econômica do Brasil, à queda dos preços do açúcar e à falta de crédito para o segmento. As cotações do açúcar começaram a registrar queda no início do ano, pressionadas por uma safra internacional de superávit de oferta.

Em nota, a Abengoa Bioenergia informou que a recuperação judicial tem por objetivo "proteger os interesses de todos os nossos credores (...) de forma a permitir a continuidade do negócio, garantindo os postos de trabalho e evitando a desvalorização dos ativos".

"A recuperação judicial permitirá estabelecer um plano de reestruturação para pagamentos das dívidas de acordo com as possibilidades do negócio e facilitará a dará segurança na entrada de investidores", acrescentou a companhia.

A unidade de negócios no mercado de bioenergia da Abengoa no Brasil foi a última do conglomerado espanhol a adotar medida judicial contra seus credores. Nos Estados Unidos, o negócio de produção de etanol recorreu à legislação de falências e a empresa conseguiu vender cinco usinas de etanol à base de milho para diversas empresas do ramo, por US\$ 357 milhões. O negócio

de energia elétrica da Abengoa, por sua vez, já está em recuperação judicial há mais tempo no Brasil e na própria Espanha.

A Abengoa iniciou suas atividades no segmento sucroalcooleiro do Brasil em 2007. No fim da década passada, a empresa chegou a planejar a construção de uma usina de etanol de segunda geração - feito a partir de biomassa de cana -, mas suas dificuldades financeiras travaram o investimento.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Incertezas sobre a safra 2018/19

As primeiras estimativas para a produção sucroalcooleira do Centro-Sul do país na próxima safra (2018/19), que começará oficialmente em abril, ainda indicam muita incerteza no segmento sobre os efeitos dos investimentos nas lavouras que estão em curso nesta temporada e das variações de preços nos mercados de açúcar e etanol.

Ainda que o plantio de cana em novas áreas e também para renovar lavouras que estão ficando velhas esteja em alta, esse esforço não deverá ser suficiente para reverter a tendência geral de envelhecimento dos canaviais na região, afirmou Lucas Brunetti, analista do banco Pine, durante o Novacana Ethanol Conference, realizado ontem em São Paulo.

Como trabalha com um cenário em que a idade média dos canaviais do Centro-Sul aumentará de 3,55 anos para 3,6 anos, em média, Brunetti estima que a moagem de cana na próxima safra alcançará 560 milhões de toneladas, menos que o estimado para 2017/18 (590 milhões).

"Apesar de ter uma renovação maior, o movimento não chegará a reverter a tendência de aumento da idade média do canavial. Se tivesse mais renovação, reverteria", disse.

É a mesma avaliação da trading francesa Sucden. E, conforme Eduardo Carvalho, trader da empresa, também deverá pesar negativamente sobre a produtividade das lavouras o clima mais seco que a média registrado neste inverno. A projeção da Sucden é de moagem de 592 milhões de toneladas em 2018/19, ante 594 milhões na temporada atual.

Fabio Meneghin, sócio da Agroconsult, concorda com essa limitação, mas considera que os gastos com tratamentos culturais têm melhorado nesta safra e projeta aumento da moagem no Centro-Sul, de 590 milhões de toneladas em

2017/18 para 625 milhões no próximo ciclo. De acordo com Meneghin, a produtividade das lavouras deverá subir de 74 para 77 toneladas por hectare.

Segundo ele, as entregas de fertilizantes para a cultura corroboraram a expectativa de melhora, embora a adubação ainda esteja abaixo do recorde da safra 2008/09, quando foram utilizados 600 quilos por hectare nos canaviais. "Estamos 20% abaixo desse recorde. Mas já estivemos mais de 50% abaixo", considerou.

Essas visões divergentes para a moagem de cana em 2018/19 também geram estimativas distintas para a produção de açúcar. O banco Pine projeta redução na produção do Centro-Sul de 9,9% ante 2017/18, para 32,9 milhões de toneladas.

No tabuleiro da Sucden, a produção de açúcar na região deverá recuar de 35,8 milhões de toneladas no ciclo corrente para 34,5 milhões de toneladas no próximo. Já a Agroconsult, que trabalha com uma estimativa de produção de 34,7 milhões de toneladas de açúcar para esta safra, prevê um incremento de 2,9% na safra 2018/19, para 35,7 milhões de toneladas.

Os cenários traçados não consideram alterações bruscas no clima nos próximos meses - algo que nunca está descartado. A princípio, porém, os efeitos negativos das recentes intempéries, como a falta de precipitações nos últimos meses e geadas especialmente em algumas regiões dos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul, já foram considerados.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Finanças**

**Autor: Daniela Meibak | De São Paulo**

**Título: Emissão de bônus da Petrobras deve passar de US\$ 9 bilhões**

A emissão da Petrobras de bônus com vencimentos em 2025 e 2028 deve passar dos US\$ 9 bilhões ao considerar o resultado da oferta de troca de títulos anunciada na última semana, que atraiu cerca de US\$ 6,5 bilhões.

"Esta foi a maior operação de gerenciamento de passivos da Petrobras desde o início da nova gestão, com Ivan Monteiro e Pedro Parente", afirma Alexei Remizov, chefe de mercado de capitais para América Latina do HSBC. Segundo o banqueiro, a operação faz parte da estratégia de reduzir a necessidade de refinanciamentos nos próximos anos, aproveitando os baixos juros globais.

A companhia pretende tirar do mercado parcela dos cinco séries de papéis com prazos em 2019, 2020 e 2021. Para isso, a estratégia foi fazer uma emissão

pequena a mercado, que ficou em US\$ 2 bilhões, e definir as condições que serviriam de referência também para a troca.

Para o bônus mais curto, o retorno ao investidor ("yield") foi fixado na semana passada em 5,3% e, para o mais longo, 6%. A demanda na emissão foi de quatro vezes o livro de ofertas para o título de sete anos e de três vezes para o de dez.

Nos cinco bônus com prazo entre 2019 e 2021, o volume disponível em circulação no mercado é de US\$ 14,5 bilhões e a companhia estava disposta a trocar todo esse volume. A adesão dos investidores, no entanto, ficou em torno de US\$ 6,5 bilhões e a estimativa da empresa é de emitir cerca de US\$ 7 bilhões para honrar a troca.

Com isso, a emissão total deve alcançar os US\$ 9 bilhões em papéis mais longos. Na noite de ontem eram definidos os últimos detalhes da operação e a expectativa é liquidar a troca hoje.

"A oferta de US\$ 2 bilhões teve como função criar novos pontos na curva de dívida da empresa e definir as condições da troca", disse outro banqueiro que preferiu não ser identificado. A fim de atrair os investidores para a troca, a Petrobras ofereceu um prêmio entre 1,5 e 2 pontos-base sobre o percentual do valor de face que os bônus eram negociados no mercado secundário.

Em sua estratégia de gerenciamento de passivos a empresa vinha optando por realizar a emissão e depois fazer uma oferta de recompra. A estratégia escolhida desta vez foi diferente por uma questão contábil. Segundo uma fonte, na oferta de recompra dos papéis a companhia precisaria registrar imediatamente o valor pago como prêmio, enquanto na troca isso será diluído ao longo da vida dos novos bonds.

"A Petrobras resolve, assim, boa parte dos vencimentos de dívida até 2020", disse o interlocutor. A companhia, paralelamente, abriu a possibilidade de recomprar os bônus objeto da oferta de troca, mas o volume foi limitado a US\$ 500 milhões. O resultado dessa operação ainda não foi divulgado.

**MME / ASCOM .**